

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno com o enunciado das 50 (cinquenta) questões objetivas divididas nas seguintes sessões:

Língua Portuguesa		Conhecimentos de Informática		Conhecimentos Básicos de Direito		Legislação do Ministério da Justiça	
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 22	2	23 a 28	1	29 a 44	1	45 a 50	2

b) Uma (1) Folha de Respostas, destinada às respostas das questões objetivas formuladas nas provas, a ser entregue ao fiscal ao término da prova.

02- **É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A CONFERÊNCIA DO NÚMERO DO CADERNO DE PROVA NO CARTÃO RESPOSTA.** Caso não sejam compatíveis, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03- Verifique se este material está em ordem (tais como se a sequência de páginas está correta e se o número de questões confere com o quadro da alínea "a" do item 1) e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem na confirmação de inscrição. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

04- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio da Folha de Respostas, preferivelmente à caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul.

05- Tenha muito cuidado com a Folha de Respostas para não a **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. A folha somente poderá ser substituída caso esteja danificada em suas margens superior ou inferior – **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06- Na Prova Objetiva, as questões são identificadas pelo número que se situa acima do enunciado.

07- Na Folha de Respostas, as mesmas estão identificadas pelo mesmo número e as alternativas estão identificadas acima da questão de cada bloco de respostas.

08- Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**. A marcação de nenhuma, de mais de uma alternativa ou da rasura de qualquer natureza (borracha, corretivo etc) anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS SEJA A CORRETA**.

09- Na **Folha de Respostas**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo **TODO O ESPAÇO** compreendido pelo retângulo pertinente à alternativa, usando **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras, portanto, preencha os campos de marcação completamente, procurando deixar menos "espaços em branco" possível dentro do retângulo, sem invadir os limites dos retângulos ao lado.

10- Será terminantemente vedado ao candidato copiar seus assinalamentos feitos na folha de respostas da prova objetiva, conforme item 9.15, alínea "d", do edital. Ao candidato somente será permitido levar o caderno de questões da prova objetiva ao final do horário previsto para o término da prova, conforme alínea "c" do item 9.15.

11- **SERÁ ELIMINADO** do Concurso o candidato que:

a) Se utilizar ou portar, durante a realização das provas, de armas, máquinas, relógios e/ou aparelhos de calcular, bem como rádios gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie, que seja na sala de prova ou nas dependências do seu local de prova;

b) Se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões e/ou a Folha de Resposta**;

c) usar ou tentar usar meios fraudulentos ou ilegais para a sua realização;

d) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução da prova.

12- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar sua **Folha de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO CONSIDERADOS**.

13- Quando terminar, entregue ao fiscal o Caderno de Questões e a Folha de Respostas, e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

14- **O TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA É DE TRÊS (3) HORAS**.

15- Por motivo de segurança, a FUNRIO solicita que o candidato transcreva em letra cursiva, no espaço próprio da Folha de Respostas, a frase abaixo apresentada.

"Tenho apenas duas mãos e o sentimento do mundo..."

(Carlos Drummond de Andrade)

TEXTO 1

SANTOS NA POLÍCIA

João Ubaldo Ribeiro

A respeito da polícia, costumamos agir da mesma forma que em relação a outros grupos ou categorias. Quando falamos mal dos políticos - e não é que não tenhamos razão, é outro aspecto do problema - costumamos descrevê-los como se eles não se originassem de nós mesmos, o povo brasileiro. Como já disse aqui algumas vezes, não são marcyanos, são gente como nós, a maior parte dos quais com biografias semelhantes às nossas. Aprendemos uma espécie de defesa automática, para exorcizar o grau de responsabilidade que cada um de nós tem, quer queira ou quer não, e usamos logo a terceira pessoa: os políticos brasileiros fazem isso ou aquilo, os funcionários públicos idem idem, e assim por diante, nada conosco.

[...]

Com a polícia, o comportamento não é diverso. A polícia são 'eles', nunca nós. Não são homens e mulheres nascidos e criados da mesma maneira que outros brasileiros, são 'eles'. Claro que nunca defendi (e, aliás, não estou defendendo nada, são somente uns pontos de vista que quero expor) a brutalidade, a ineficiência ou a corrupção na polícia, nem tampouco encaro os marginais como gente fina que esta vida cruel levou ao crime, enquanto ignoro as mortes, o sacrifício e o heroísmo de muitos policiais - prática infelizmente comum na imprensa e em certos grupos de opinião.

Nos últimos dias, tem havido uma cobertura intensiva do crescente número de policiais mortos simplesmente porque carregam uma carteira funcional, ou vestem um uniforme. Foi polícia, tiro nele. E, porque são 'eles', encaramos suas mortes como algo alheio a nós e já ouvi até gente discursando para que se aja assim, porque afinal 'essa polícia merece mesmo isso', é o troco que está recebendo por não servir bem ou maltratar o cidadão.

Fico imaginando a vida de um policial honesto e, com toda a certeza, independentemente de alguma vocação, não a quereria para mim ou para ninguém em cujo destino pudesse influenciar. Agora, policiais mal pagos, mal preparados e vergonhosamente equipados convivem, ainda por cima, com a condenação à morte a que estão sujeitos, simplesmente por exercerem a profissão. E não só a condenação deles mesmos, mas também de suas famílias, da mulher aos filhos de colo. Vários deles, num ato impensável em qualquer país civilizado, mandam tirar carteiras de alguma outra profissão, para carregá-las nos bolsos quando estão de folga e assim escapar da 'vingança' dos marginais. Outros escondem dos vizinhos e dos próprios filhos sua condição de policial.

E, ao que tudo indica, estamos achando isso tudo normal. Policial é policial, não só 'ganha pra isso' como não é gente como nós, não tem medo, não tem fraquezas, não é sujeito a inveja, ressentimento, frustração, neurose ou até estresse. Executivo de multinacional tem estresse, dona de casa tem estresse, jornalista tem estresse, mas policial não, é moleza subir morro enfrentando armas de última geração e a hostilidade dos que sofrem com isso. Naturalmente, nada justifica atrocidades, brutalidade, venalidade, cumplicidade com criminosos - o que muitos policiais praticam e continuam praticando. Mas, se está muito longe de justificar, está muitíssimo perto de explicar.

Que queremos na polícia? Santos? No país em que vivemos, somente santos com vocação ao martírio seriam os policiais que desejamos. Temos o direito de querer contar com uma polícia eficiente, atuante e respeitada pela comunidade, assim como temos o direito de exigir (apesar de nunca obtermos) mais ou menos as mesmas coisas de todas as autoridades.

[...]

A maioria de nós que fosse levada à condição de policial agiria até bem pior do que aqueles que critica. Bastariam uns meses, ou nem tanto, convivendo com a corrupção, que vem de cima e de todos os lados, a iniquidade, a desonestidade de parceiros, a grana curta, a execração da imprensa e do público (e quem é o primeiro a oferecer uma cervejinha ao guarda de trânsito, para ele esquecer a infração, não somos nós? Quem chegou primeiro, o ovo ou a galinha?), o medo de morrer ou encontrar a família morta e tanta nojeira e pavor em que o policial é obrigado a chafurdar.

Mas não, nós queremos santos, iguais a nós, povo pacífico, cordato, incorruptível e respeitador da lei. Não temos um plano de segurança pública merecedor desse nome, negligenciamos a polícia, de que só lembramos para criticar, queremos que ela se lixe e também queremos que, em troca disso, seja exemplar. Quer dizer, queremos santidade. Não me considero exceção pessoal. Também tenho medo da polícia e também me horrorizo com muito do que ela faz. Acho que temos uma polícia que pode ser qualificada de ruim ou péssima. Mas também não acho que melhor qualificativo pode ser dado a nós como um todo, com a possível exceção de alguns padres, frades, freiras, pastores ou rabinos. Chato lembrar, mas a nossa polícia também somos nós, não foi o Diabo que a criou; fomos e continuamos sendo nós.

(Fonte: O Globo, 15/10/00)

*** Língua Portuguesa *****Questão 1**

De acordo com o texto 1, a opção em que o significado da palavra destacada está correto é

- A) negligenciamos – odiamos.
- B) execração – mitificação.
- C) venalidade – corrupção.
- D) iniquidade – paralisia.
- E) chafurdar – emergir.

Questão 2

O vocábulo “QUE”, no texto 1, apresenta valor anafórico em

- A) “... queremos que, em troca disso, seja exemplar.”
- B) “Acho que temos uma polícia...”
- C) “... para exorcizar o grau de responsabilidade que cada um de nós tem...”
- D) “... e não é que não tenhamos razão...”
- E) “Que queremos na polícia?”

Questão 3

O fragmento do texto 1 que NÃO apresenta traço de informalidade é

- A) “... nem tampouco encaro os marginais como gente fina que esta vida cruel levou ao crime...”
- B) “... é o troco que está recebendo por não servir bem ou maltratar o cidadão.”
- C) “... a iniquidade, a desonestidade de parceiros, a grana curta, a execração da imprensa e do público...”
- D) “... queremos que ela se lixe e também queremos que, em troca disso, seja exemplar.”
- E) “Não temos um plano de segurança pública merecedor desse nome, negligenciamos a polícia, de que só lembramos para criticar...”

Questão 4

O vocábulo do texto 1 cuja acentuação gráfica se justifica segundo a mesma regra observada na palavra “automática” é

- A) possível.
- B) também.
- C) heroísmo.
- D) país.
- E) públicos.

Questão 5

Em “A respeito da polícia, costumamos agir da mesma forma que em relação a outros grupos ou categorias. Quando falamos mal dos políticos - e não é que não tenhamos razão, é outro aspecto do problema - costumamos descrevê-los como se eles não se originassem de nós mesmos, o povo brasileiro”(texto 1), o trecho entre travessões estabelece com o fragmento que o antecede uma relação de

- A) explicação.
- B) comparação.
- C) enumeração.
- D) recapitulação.
- E) ênfase.

Questão 6

Sobre o texto 1, pode-se afirmar que

- A) justifica a brutalidade policial a partir da consideração de que os seres humanos não são santos.
- B) argumenta que os policiais são pessoas como todos nós, com fraquezas e problemas.
- C) compara policiais e políticos, grupos excluídos socialmente e sempre tratados em 3ª pessoa.
- D) explica que as mortes de policiais se relacionam com o fato de que eles não são santos.
- E) expressa o desejo de que policiais não sejam santos, pois não devem ser pacíficos e cordatos.

Questão 7

Quanto ao gênero discursivo, o texto 1 é um(a):

- A) crônica.
- B) reportagem.
- C) conto.
- D) ensaio.
- E) editorial.

Questão 8

“Aprendemos uma espécie de defesa automática, para exorcizar o grau de responsabilidade que cada um de nós tem, quer queira ou quer não, e usamos logo a terceira pessoa: os políticos brasileiros fazem isso ou aquilo, os funcionários públicos idem, e assim por diante, nada conosco.”

Sobre o emprego do presente do indicativo nesse fragmento do texto 1, é correto afirmar que

- A) enuncia um fato atual, que ocorre no momento em que se fala, com valor de ação simultânea à enunciação.
- B) indica ações ou estados permanentes ou considerados como tal em qualquer momento de enunciação.
- C) refere-se a fatos ocorridos em momentos passados, com o objetivo de dar-lhes vivacidade.
- D) expressa ações ou estados habituais ou uma faculdade do sujeito exercidas no momento em que se fala.
- E) marca um fato futuro que se insere em um lugar próximo do momento atual de enunciação.

Questão 9

Sobre o uso das aspas no texto 1 (A polícia são ‘eles’, nunca nós. Não são homens e mulheres nascidos e criados da mesma maneira que outros brasileiros, são ‘eles’), vale dizer que

- A) tem a função de indicar que não se trata de uma voz citada e que pertence ao enunciador do texto.
- B) marca que a palavra não está sendo usada no seu sentido de 3ª pessoa do plural.
- C) determina que a palavra está sendo usada para designar o signo linguístico em si mesmo.
- D) visa a chamar a atenção do leitor e questionar o uso que se dá à palavra no contexto mencionado.
- E) pretende indicar que a palavra pertence a outro código linguístico, não ao do texto.

TEXTO 2**O QUE É O PRONASCI**

Pronasci inova no enfrentamento ao crime

Desenvolvido pelo Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) marca uma iniciativa inédita no enfrentamento à criminalidade no país. O projeto articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública.

Entre os principais eixos do Pronasci destacam-se a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência. Para o desenvolvimento do Programa, o governo federal investirá R\$ 6,707 bilhões até o fim de 2012.

Além dos profissionais de segurança pública, o Pronasci tem também como público-alvo jovens de 15 a 24 anos à beira da criminalidade, que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei; presos ou egressos do sistema prisional; e ainda os reservistas, passíveis de serem atraídos pelo crime organizado em função do aprendizado em manejo de armas adquirido durante o serviço militar.

Veja os estados que já contam com o Pronasci: Alagoas, Acre, Bahia, Ceara, DF e Entorno, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe

A execução do Pronasci se dará por meio de mobilizações policiais e comunitárias. A articulação entre os representantes da sociedade civil e as diferentes forças de segurança – polícias civil e militar, corpo de bombeiros, guarda municipal, secretaria de segurança pública – será realizada pelo Gabinete de Gestão Integrada Municipais (GGIM). O Pronasci será coordenado por uma secretaria-executiva em nível federal e regionalmente dirigido por uma equipe que atuará junto aos GGIM e tratará da implementação das ações nos municípios.

Para garantir a realização das ações no país serão celebrados convênios, contratos, acordos e consórcios com estados, municípios, organizações não-governamentais e organismos internacionais.

A instituição responsável pela avaliação e acompanhamento do Programa será a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Além da verificação dos indicadores, ainda será feita a avaliação do contexto econômico e social. O controle mais abrangente do Programa contará com a participação da sociedade.

(Fonte: <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJE24D0EE7ITEMIDAF1131EAD238415B96108A0B8A0E7398PTBRNN.htm>)

Questão 10

A oração “que levam à violência” (primeiro parágrafo do texto 2) pode ser classificada como:

- A) subordinada adverbial causal.
- B) coordenada sindética explicativa.
- C) subordinada adjetiva restritiva.
- D) subordinada adverbial consecutiva.
- E) coordenada assindética.

TEXTO 3**O QUE É O PRONASCI****Projetos**

Bolsa Formação – Os profissionais de segurança pública receberão novos estímulos para estudar e atuar junto às comunidades. Policiais civis e militares, bombeiros, peritos e agentes penitenciários de baixa renda terão acesso a uma bolsa de até R\$ 400. Para ter direito ao benefício, o policial terá que participar e ser aprovado em cursos de capacitação promovidos, credenciados ou reconhecidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça.

Formação Policial - A qualificação das polícias inclui práticas de segurança-cidadã, como a utilização de tecnologias não letais; técnicas de investigação; sistema de comando de incidentes; perícia balística; DNA forense; medicina legal; direitos humanos, entre outros. Os cursos serão oferecidos pela Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), que envolve hoje 66 universidades brasileiras, entre públicas e particulares, e ainda telecentros para educação a distância. A meta é chegar a 80 instituições parceiras em todo o país, em 2008.

Mulheres da Paz - O projeto capacitará mulheres líderes das comunidades em temas como ética, direitos humanos e cidadania, para agirem como multiplicadoras do Programa, tendo como incumbência aproximar os jovens com os quais o Pronasci trabalhará.

Protejo - Jovens bolsistas em território de descoesão social agirão como multiplicadores da filosofia passada a eles pelas Mulheres da Paz e pelas equipes multidisciplinares, a fim de atingir outros rapazes, moças e suas famílias, contribuindo para o resgate da cidadania nas comunidades.

Sistema Prisional - A criação de mais de 40 mil vagas no sistema penitenciário do país atenderá a públicos específicos. Os jovens entre 18 e 24 anos terão unidades prisionais diferenciadas. O objetivo do governo federal é separá-los por faixa etária e natureza do delito e impedir aqueles que cometeram pequenas infrações de se contaminarem pela influência dos líderes do crime organizado. Além disso, as mulheres apenadas também terão assistência, como berçário e enfermaria. A reestruturação do sistema prisional envolve ações que visam à qualificação de agentes penitenciários e à formação profissional de presos.

Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública - A categoria também poderá contar com o Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública, com o apoio da Caixa Econômica Federal. Serão disponibilizadas unidades populares para servidores de baixa renda, que recebam até quatro salários mínimos e a cartas de crédito para a compra da casa própria, no valor de até R\$ 50 mil, para aqueles que recebam até R\$ 4,9 mil.

Ministérios e Secretarias Parceiras - Algumas ações previstas no Pronasci são fruto de parcerias com ministérios e secretarias. O Pronasci agirá em conjunto com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas regiões em que houver obras de urbanização para recuperação de espaços urbanos e melhoria da infraestrutura nas comunidades. Outro exemplo é a parceria firmada com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, da Presidência da República, que ampliará, com o Pronasci, o atendimento do Viva Voz, projeto já existente que visa a orientar jovens e famílias em relação às drogas.

(Fonte: <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJE24D0EE7ITEMIDAF1131EAD238415B96108A0B8A0E7398PTBRNN.htm>)

Questão 11

A palavra do texto 3 formada por composição é

- A) telecentros.
- B) investigação.
- C) incumbência.
- D) descoesão.
- E) reestruturação.

Questão 12

O fragmento do texto 3 em que o vocábulo “A” é um artigo está expresso na alternativa

- A) “... como a utilização de tecnologias não letais...”
- B) “... terão acesso a uma bolsa de até R\$ 400.”
- C) “... chegar a 80 instituições parceiras em todo o país...”
- D) “... como multiplicadores da filosofia passada a eles...”
- E) “... atenderá a públicos específicos.”

Questão 13

Marque o objetivo predominante dos textos 2 e 3:

- A) persuadir.
- B) emocionar.
- C) convencer.
- D) questionar.
- E) informar.

Questão 14

O Pronasci, programa mencionado nos textos 2 e 3,

- A) tem o principal objetivo de melhorar a qualidade de vida dos policiais.
- B) parte do pressuposto de que a violência é gerada por questões sociais.
- C) reforça práticas repressivas dirigidas aos locais de maior criminalidade.
- D) prevê uma avaliação interna para verificação dos resultados atingidos.
- E) busca o apoio das comunidades, mas efetivamente não as envolve nas ações.

Questão 15

Sobre os textos 1, 2 e 3, é INCORRETO afirmar que

- A) o projeto apresentado nos textos 2 e 3 pode ser considerado uma resposta à situação enfocada no texto 1.
- B) a relação entre os textos é de oposição, pois o 1 deprecia os policiais, enquanto que o 2 e o 3 os valorizam.
- C) a desvalorização que os policiais enfrentam em nossa sociedade é um ponto presente nos três textos.
- D) a menção aos projetos do Pronasci no texto 3 é uma maneira de detalhar as iniciativas citadas no texto 2.
- E) a articulação policiais/comunidades proposta nos textos 2 e 3 pode ajudar a resolver o problema citado no texto 1.

Questão 16

Sobre o emprego das pessoas do discurso nos textos 1, 2 e 3, é correto afirmar que,

- A) nos textos 2 e 3, existe o predomínio de formas pessoais, com marcas visíveis do enunciador em todo o enunciado.
- B) no texto 1, o “eles” funciona como uma não-pessoa, já que está excluído do “nós” que a todo tempo é mencionado.
- C) em todos os textos existe uma relação direta com o leitor por meio de um “você” que aparece explícito nos enunciados.
- D) nos textos 2 e 3, verifica-se a impessoalidade, tendo em vista que se trata de uma comunicação oficial de um assunto.
- E) no texto 1, privilegiam-se as primeiras pessoas, o que inscreve o enunciador no enunciado e o aproxima do leitor.

Questão 17

Ao falar das técnicas de elaboração, redação e alteração das leis, a Lei Complementar nº 95 diz que a Lei será estruturada em três partes básicas e que a parte preliminar, além da indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas, compreenderá

- A) a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a exposição de motivos.
- B) a epígrafe, a ementa, o preâmbulo e o enunciado do objeto.
- C) a epígrafe, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a exposição de motivos.
- D) a epígrafe, a ementa, o enunciado do objeto e a exposição de motivos.
- E) a epígrafe, a ementa, o preâmbulo e a exposição de motivos.

Questão 18

Ao tratar da articulação e da redação das Leis, a Lei Complementar nº 95 determina que as disposições normativas precisam ser redigidas com clareza, precisão e ordem lógica. Nas normas para a obtenção de precisão, diz o texto da Lei que, quanto às referências a números e percentuais, deve-se grafá-los por extenso, exceto

- A) data, horário, número de lei e em caso de indicação de valores monetários.
- B) data, número de lei e em caso de haver prejuízo para a compreensão do texto.
- C) data, horário, número de lei e em caso de haver prejuízo para a compreensão do texto.
- D) horário, número de lei e em caso de indicação de valores monetários.
- E) horário, número de lei e em caso de haver prejuízo para a compreensão do texto.

Questão 19

As mensagens que submetem ao Senado Federal a indicação de pessoas para ocuparem determinados cargos (magistrados dos Tribunais Superiores, Ministros do TCU, Presidentes e Diretores do Banco Central, Procurador-Geral da República, Chefes de Missão Diplomática etc.) têm em vista que a Constituição, no seu art. 52, incisos III e IV, atribui àquela Casa do Congresso Nacional competência privativa para aprovar a indicação. Essas mensagens devem estar acompanhadas

- A) do curriculum vitae do indicado, devidamente assinado.
- B) do histórico escolar do indicado, reconhecido em cartório.
- C) da biografia profissional do indicado, organizada por autoridade.
- D) do parecer de representante do governo, comprobatório da habilitação.
- E) de exposição em vídeo com um resumo da carreira do indicado.

Questão 20

Na redação de textos normativos é indispensável observar a hierarquia existente entre os elementos que constituem os seus artigos. Caso haja necessidade de incluir elementos discriminativos de artigo, sua imediata divisão constitui o parágrafo, e a seguir utilizam-se

- A) os incisos, as letras e os números, nesta ordem.
- B) os incisos, as alíneas e as letras, respectivamente.
- C) as alíneas, as letras e os números, nesta ordem.
- D) os incisos, os subitens e as alíneas, respectivamente.
- E) as alíneas, as letras e os subitens, nesta ordem.

Questão 21

Com a Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001, introduziu-se no ordenamento pátrio ato normativo conhecido doutrinariamente como Decreto Autônomo, que se define como um decreto que decorre diretamente

- A) de um Decreto Singular, possuindo efeitos superiores aos de uma lei ordinária.
- B) do Decreto Regulamentar, possuindo efeitos análogos aos de uma lei ordinária.
- C) da Constituição, possuindo efeitos superiores aos de uma lei complementar.
- D) da Constituição, possuindo efeitos análogos aos de uma lei ordinária.
- E) de um Decreto Regulamentar, possuindo efeitos análogos aos de uma lei complementar.

Questão 22

Entre os Atos Normativos praticados no serviço, incluem-se a Lei Complementar e a Lei Delegada, que são assim definidas:

- A) as leis complementares são atos normativos primários e contêm, em regra, normas gerais e abstratas. As leis delegadas são atos com força de lei que podem ser editados pelo Presidente da República em caso de relevância e urgência, devendo ser submetidos de imediato à deliberação do Congresso Nacional.
- B) as leis complementares são atos normativos secundários com força de lei, vinculados aos preceitos constitucionais. As leis delegadas são atos elaborados e editados pelo Congresso Nacional em virtude de autorização do Poder Executivo, expedida mediante despacho emanado da Presidência da República.
- C) as leis complementares constituem um terceiro tipo de leis que contêm, em regra, normas gerais e abstratas. As leis delegadas são atos são atos normativos secundários que podem ser editados pelo Presidente do Senado em virtude de autorização do Poder Executivo, mediante deliberação do Congresso Nacional.
- D) as leis complementares são atos que não ostentam a rigidez dos preceitos constitucionais e tampouco comportam a revogação por força de qualquer lei ordinária superveniente. As leis delegadas são atos elaborados e editados pelo Presidente da República em virtude de autorização do Poder Legislativo, expedidas por resolução e dentro dos limites nela traçados.
- E) as leis complementares são atos normativos secundários que podem ser editados pelo Presidente do Senado em virtude de autorização do Poder Executivo, mediante deliberação do Congresso Nacional. As leis delegadas constituem um terceiro tipo de leis que contêm, em regra, normas gerais e abstratas.

*** Conhecimentos de Informática *****Questão 23**

O aplicativo Paint, que já vem incluído no Microsoft Windows XP, salva por padrão seus arquivos no formato:

- A) JPG
- B) GIF
- C) TIF
- D) DOC
- E) BMP

Questão 24

Para movimentar o cursor de forma mais ágil podemos usar algumas teclas de atalho. A combinação de teclas, no Microsoft Word, que move o cursor para o início do documento é CTRL +

- A) Page Up
- B) Seta para cima
- C) Page Down
- D) Home
- E) F5

Questão 25

O BrOffice Calc utiliza símbolos para representar as operações matemáticas. O símbolo utilizado para representar a exponenciação é:

- A) *
- B) exp
- C) ~
- D) &
- E) ^

Questão 26

O equipamento de redes responsável por interligar duas ou mais redes diferentes é

- A) a Ponte ou Bridge.
- B) o Repetidor.
- C) o Roteador.
- D) o HUB.
- E) o Servidor.

Questão 27

Os arquivos armazenados pelo navegador para agilizar a abertura de páginas já visualizadas recentemente recebem o nome de

- A) Favoritos.
- B) JavaScript.
- C) Download.
- D) Histórico.
- E) Arquivos temporários.

Questão 28

O teclado brasileiro que possui a tecla “Ç”, para funcionar corretamente, deve ser configurado no Windows XP com o layout no padrão

- A) Latin1
- B) ABNT2
- C) Pt-BR
- D) PS2
- E) US-Internacional

*** Conhecimentos Básicos de Direito *****Questão 29**

A Caixa Econômica Federal é uma instituição financeira com capital totalmente de titularidade da União, criada em 1969, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede e foro na capital da República, prazo de duração indeterminado e atuação em todo o território nacional, podendo criar e suprimir sucursais, filiais ou agências, escritórios, dependências e outros pontos de atendimento nas demais praças do País e no exterior. A Caixa Econômica Federal constitui-se em

- A) Autarquia Federal.
- B) Empresa pública.
- C) Sociedade de Economia Mista.
- D) Sociedade Limitada Especial.
- E) Sociedade por Ações.

Questão 30

No tocante à definição e à classificação de ato administrativo, é correto afirmar que os atos

- A) concretos são os que dispõem para um ou mais casos específicos, não se esgotando em uma única aplicação.
- B) subjetivos são aqueles que criam situações gerais, abstratas e impessoais e, por isso mesmo, a qualquer tempo, modificáveis pela vontade de quem os produziu.
- C) regra são aqueles que criam situações particulares, concretas e pessoais, produzidas quanto à formação e efeitos pela vontade das partes, sendo imodificáveis pela vontade de uma só delas e gerando, então, direitos assegurados à persistência do que dispuserem.
- D) abstratos são aqueles que preveem reiteradas e infíndas aplicações, as quais se repetem cada vez que ocorra a reprodução da hipótese neles prevista, alcançando um número indeterminado e indeterminável de destinatários.
- E) condição são aqueles que são produzidos pela declaração jurídica de um único órgão, dependentes da condicionante de publicidade no Diário Oficial.

Questão 31

Pedro Vicente, servidor público lotado na Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, após indiciamento em processo administrativo disciplinar, vem a ser demitido por Portaria exarada pelo Ministro da Justiça, que acatou o Relatório Final emitido pela Comissão Processante. Considerando ter o processo administrativo disciplinar obedecido aos requisitos legais, é correto falar sobre da Autoridade Ministerial, no tocante de exarar o ato demissório, que é

- A) incompetente uma vez que se trata de ato de competência exclusiva do Presidente da República.
- B) competente, desde que o ato venha a ser posteriormente homologado pelo Presidente da República.
- C) incompetente uma vez que se trata de ato de competência do Secretário de Defesa Econômica, local de lotação do servidor investigado.
- D) competente em função de delegação fixada em Decreto.
- E) competente, desde que o processo administrativo disciplinar tenha sido conduzido por servidores lotados no Ministério da Justiça.

Questão 32

Quando da conclusão do serviço militar, fixa a Lei nº 8112/90 um prazo para o servidor reassumir o cargo. Com relação à duração desse prazo é correto afirmar que será de

- A) 60 dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.
- B) 45 dias com remuneração para reassumir o exercício do cargo.
- C) 30 dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.
- D) 30 dias com remuneração para reassumir o exercício do cargo.
- E) 45 dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

Questão 33

Com relação à definição de sociedade de economia mista federal é correto afirmar que é uma pessoa jurídica cuja criação

- A) não depende de autorização por lei, como um instrumento de ação do Estado, dotada de personalidade de direito privado, constituída sob a forma de sociedade anônima, cujas ações pertençam em sua maioria à União sendo possível que as demais ações sejam de propriedade de ente integrante da Administração Indireta.
- B) é autorizada por lei, como um instrumento de ação do Estado, dotada de personalidade de direito privado, constituída sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou entidade de sua Administração indireta, sendo possível que as demais ações sejam de propriedade privada.
- C) não depende de autorização por lei, como um instrumento de ação do Estado, dotada de personalidade de direito privado, constituída sob a forma de sociedade anônima ou limitada, cujas ações ou cotas com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou entidade de sua Administração indireta, sendo possível que as demais ações sejam de propriedade privada.
- D) é autorizada por lei, como um instrumento de ação do Estado, dotada de personalidade de direito público, constituída sob a forma de sociedade anônima, cujas ações pertençam à União ou entidade de sua Administração indireta, não sendo possível a participação de capital privado.
- E) é autorizada por lei, como um instrumento de ação do Estado, dotada de personalidade de direito privado, constituída sob a forma de sociedade anônima, cujas ações pertençam à União ou entidade de sua Administração indireta, não sendo possível a participação de capital privado.

Questão 34

Com relação ao Poder Executivo Federal, nos termos da Constituição da República, analise as afirmativas a seguir:

- I. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, Vice-Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado e Conselho da República.
- II. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.
- III. A eleição do Presidente da República importará a do Vice-Presidente com ele registrado.
- IV. Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco.
- V. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal. Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) I e V.
- D) III e V.
- E) II e III.

Questão 35

O Poder Judiciário, na forma como determina a Constituição da República, disciplina uma série de competências, sendo correto afirmar que compete

- A) à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- B) aos juízes federais processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral, à Justiça Falimentar e à Justiça do Trabalho
- C) ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;
- D) ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes do Exército, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- E) ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente

Questão 36

A transformação de um Território em Estado depende, nos termos da Constituição da República, de

- A) Lei ordinária.
- B) Lei complementar.
- C) Medida Provisória.
- D) Decreto.
- E) Decreto Legislativo.

Questão 37

O direito de propriedade e de sucessão é garantido nos termos da Constituição da República. Levando em conta esse dado, pode-se afirmar que bens imóveis, móveis, mesmo que incorporáveis, obtêm proteção constitucional, sendo correto afirmar que

- A) a propriedade rural produtiva, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- B) será estabelecido o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa indenização, ressalvados os casos previstos em Lei Complementar.
- C) a pequena propriedade privada atenderá a sua função social.
- D) aos autores pertence o direito de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, não transmissível aos herdeiros.
- E) é assegurado aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

Questão 38

A Constituição da República estipula as diversas competências no âmbito da edição de normas legais, sendo certo que ela disciplina a quem compete legislar sobre as Juntas Comerciais. Nesse contexto, é correto afirmar que a competência é

- A) comum à União, Estados e Distrito Federal.
- B) privativa da União.
- C) privativa dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- D) comum à União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- E) concorrente à União, Estados e Distrito Federal.

Questão 39

A Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, estabeleceu o controle externo do Poder Judiciário, através da criação do Conselho Nacional de Justiça. Com relação aos membros do Conselho e ao processo de escolha destes, é correto afirmar que

- A) os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
- B) os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente do Congresso Nacional, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- C) o Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, não admitida a recondução.
- D) os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- E) os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados.

Questão 40

Com relação ao Tribunal de Contas da União, é correto afirmar que é órgão

- A) do Poder Judiciário de auxílio no Congresso Nacional no controle externo das contas da União (Administração Direta e Indireta).
- B) do Poder Executivo de auxílio ao Congresso Nacional no controle externo das contas da União (Administração Direta e Indireta).
- C) do Congresso Nacional responsável pelo controle externo das contas da União (Administração Direta e Indireta).
- D) da Procuradoria da República pelo controle externo das contas da União (Administração Direta e Indireta).
- E) de auxílio do Congresso Nacional no controle externo das contas da União (Administração Direta e Indireta).

Questão 41

No tocante ao princípio que norteia as eleições para o Poder Legislativo Federal e a representação dos entes que o compõem, é correto afirmar que

- A) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário e a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- B) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e dos Territórios, eleitos segundo o princípio majoritário e a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado e no Distrito Federal.
- C) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional e a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- D) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário e a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema distrital puro, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- E) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário e a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

Questão 42

Com relação à competência privativa da União em legislar, na forma determinada pela Constituição da República de 1988, é correto afirmar que se aplica a:

- A) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- B) produção e consumo.
- C) jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia.
- D) florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- E) procedimentos em matéria processual.

Questão 43

Cesária Antônia Pestaña, residente em Holambra (SP), requer a concessão de benefício previdenciário, a que julga ter direito, ao Instituto Nacional do Seguro Social. Após o devido processamento do processo administrativo, vem o requerimento a ser negado, com base em parecer encaminhado a Requerente. Indignada com o resultado, interpõe Cesária Antônia Pestaña recurso que vem a ser julgado em desfavor da recorrente. Descontente com esta decisão impetra Cesária Antônia Pestaña mandado de segurança, perante a Justiça Federal, em face do Sr. Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social, sendo que este vem a ser denegado, nos termos de sentença proferida. Inconformada, recorre Cesária Antônia Pestaña ao Tribunal Regional Federal e este, mais uma vez, denega o recurso, sendo que a Recorrente, sustentou ter a sentença contrariado o preceito constante em Lei Federal. Essa matéria foi objeto de todos os recursos cabíveis no âmbito do Tribunal Regional Federal. Em face do narrado, é correto afirmar, no tocante ao recurso cabível, um

- A) Recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal
- B) Recurso de revista ao Superior Tribunal de Justiça
- C) Recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal
- D) Recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça
- E) Recurso de mandado de segurança ao Supremo Tribunal Federal

Questão 44

Martin Poloswky, nascido em 01/08/2006, na Cidade de São Paulo, filho de Patrik e Mayra Christina Poloswsky, residentes em São Paulo e com nacionalidade tcheca, é registrado no Cartório de Registro Civil, sendo desta forma brasileiro. Após esse registro, os pais de Martin Poloswky registram o filho junto ao Consulado da República Tcheca, uma vez que, de acordo com a legislação daquele país, os filhos de cidadãos tchecos obtêm, automaticamente, a nacionalidade dos pais, independentemente do local de nascimento. Em função desse registro, perante a Autoridade Consular Tcheca, ajuíza o Ministério Público Federal de São Paulo ação para cancelar a nacionalidade brasileira de Martin Poloswky. Com relação aos fatos narrados, é correto afirmar que

- A) no presente caso, será declarada a perda da nacionalidade de Martin ao obter a nacionalidade tcheca.
- B) no presente caso será determinada a expulsão da família Poloswsky (Patrik, Mayra e Martin), uma vez que a Constituição não admite a dupla nacionalidade e determina a expulsão daqueles que burlarem este preceito.
- C) não será declarada a perda da nacionalidade brasileira de Martin, uma vez que a aquisição da nacionalidade tcheca decorreu de reconhecimento determinado pela lei estrangeira.
- D) não será declarada a perda da nacionalidade brasileira de Martin aos 16 anos, uma vez que a aquisição da nacionalidade tcheca decorreu de reconhecimento determinado pela lei estrangeira, cabendo a este optar por uma das cidadanias.
- E) não será declarada a perda da nacionalidade brasileira de Martin aos 18 anos, uma vez que a aquisição da nacionalidade tcheca decorreu de reconhecimento determinado pela lei estrangeira, cabendo a este optar por uma das cidadanias.

*** Legislação relacionada ao MJ *****Questão 45**

O Ministério da justiça tem, entre outros assuntos, como área de competência, conforme dispõe o Decreto nº 6061/07, a

- A) segurança pública, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal e Polícia do Distrito Federal, conforme art. 1º, inciso IV do Anexo I
- B) assistência jurídica, judicial, integral e gratuita, aos necessitados, conforme art. 1º, inciso X do Anexo I
- C) nacionalidade e estrangeiros, conforme art. 1º, inciso VII do Anexo I
- D) repressão à lavagem do dinheiro e cooperação jurídica internacional, conforme art. 1º, inciso XIV do Anexo I
- E) defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias fundamentais, conforme o art. 1º, inciso I do Anexo I

Questão 46

É competência do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, nos termos do art. 11, inciso I do Anexo I do Decreto nº 6061/07,

- A) articular e propor ações do Governo nos aspectos relacionados com o combate à lavagem de dinheiro, ao crime organizado transnacional, à recuperação de ativos e à cooperação jurídica internacional.
- B) articular, integrar e propor ações do Governo nos aspectos relacionados com o combate à lavagem de dinheiro, ao crime organizado transnacional, à recuperação de ativos e à cooperação jurídica internacional.
- C) articular e integrar ações do Governo nos aspectos relacionados com o combate à lavagem de dinheiro e à recuperação de ativos e à cooperação jurídica internacional.
- D) articular, integrar e propor ações do Governo nos aspectos relacionados com o combate somente ao crime organizado transnacional.
- E) integrar e propor ações do Governo nos aspectos relacionados com o combate somente à lavagem de dinheiro.

Questão 47

Compete ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, conforme dispõe o Decreto 6061/07,

- A) propor diretrizes da política criminal quanto à prevenção do delito, administração da Justiça Criminal e execução das penas, conforme art. 39, inciso I, Anexo I.
- B) estabelecer regras sobre construção de estabelecimentos penais e casas de albergados, conforme art. 39, inciso VI, Anexo I.
- C) representar ao Juiz da Execução ou à autoridade administrativa para instauração de sindicância ou procedimento administrativo, em caso de violação das normas referentes à execução penal, conforme art. 39, inciso IX, Anexo I.
- D) estabelecer os critérios para a elaboração da estatística criminal e a legislação penal, conforme art. 39, inciso VII, Anexo I.
- E) representar à autoridade competente para a interdição de parte de estabelecimento penal, conforme art. 39, inciso X, Anexo I.

Questão 48

A Secretaria Executiva do Ministério da justiça tem entre suas competências, conforme o art. 4º, inciso II, do Anexo I do Decreto 6061/07,

- A) supervisionar as atividades de organização e modernização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério.
- B) supervisionar e coordenar as atividades de organização e modernização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério.
- C) supervisionar e coordenar as atividades de organização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério.
- D) supervisionar e coordenar as atividades de organização e modernização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério.
- E) supervisionar e coordenar as atividades de organização e modernização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério.

Questão 49

De acordo com a Lei Federal nº 10.683, de 28 de maio de 2003, integram a Presidência da República, como órgãos de assessoramento imediato ao Presidente da República, o

- A) Conselho de Defesa Nacional e o Conselho de Governo.
- B) Conselho de Governo e o Conselho da República.
- C) Conselho Nacional de Política Energética e o Conselho de Governo.
- D) Conselho de Defesa Nacional e o Advogado Geral da União.
- E) Conselho da República e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

Questão 50

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República tem, como estrutura básica,

- A) o Gabinete e a Secretaria Executiva.
- B) o Gabinete, a Subchefia Executiva e até duas Subsecretarias.
- C) o Instituto de Planejamento Público e uma Subsecretaria.
- D) a Subchefia Executiva e até três Subsecretarias.
- E) o Gabinete e o Instituto de Planejamento Público.